



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE MATO GROSSO

Criado pela Lei Nº 5.905 de 12/07/1973
Instalado pela Portaria Cofen N.º 001/1975

PARECER PROJUR/COREN/MT Nº 143/2025

PROCESSO Nº: 202024/2025

INTERESSADO: Comissão Processante – Portaria COREN-MT nº 414/2025

ASSUNTO: Processo Administrativo Sancionador – J R NUNES DE LIMA TECELAGEM LTDA – Pregão Eletrônico nº 90003/2025 – Item 23

I – RELATÓRIO

Cuida-se de processo administrativo instaurado em desfavor da empresa **J R NUNES DE LIMA TECELAGEM LTDA**, CNPJ 12.102.167/0001-42, em razão do não envio da proposta final referente ao **Item 23 (pano de limpeza, 100% algodão)** no âmbito do **Pregão Eletrônico nº 90003/2025**.

O valor estimado do item, conforme tabela editalícia, é de **R\$ 115,60 (cento e quinze reais e sessenta centavos)**.

A empresa foi regularmente notificada por meio da **Notificação nº 10/2025**, expedida em 04/08/2025, recebendo prazo de 15 (quinze) dias úteis para apresentação de defesa. Todavia, **não apresentou manifestação no prazo legal**, configurando-se a revelia.

A Comissão Processante, em **Relatório Conclusivo nº 05/2025**, opinou pela aplicação da penalidade de **Advertência Formal**, nos termos do art. 156, I, da Lei nº 14.133/2021.

II – ANÁLISE JURÍDICA

O **não envio da proposta final**, após convocação regular, caracteriza infração administrativa tipificada no **art. 155, IV, da Lei nº 14.133/2021** e no item 10.1.2.1 do edital do certame.

Ainda que o valor do item seja de baixa materialidade (R\$ 115,60), a conduta configura omissão injustificada, suficiente para comprometer a conclusão regular do certame.

Entretanto, deve-se observar:

- não há indícios de dolo ou fraude;
- não houve prejuízo econômico relevante à Administração;

Endereço:

Rua dos Lírios, nº 363 Bairro Jardim Cuiabá
CEP 78.043-122 Cuiabá - MT

Telefone: Redes:

(65) 3623-4075

www.coren-mt.gov.br/ @corenmt



Coren^{MT}
Conselho Regional de Enfermagem de Mato Grosso
Presença que faz a diferença



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE MATO GROSSO

Criado pela Lei Nº 5.905 de 12/07/1973
Instalado pela Portaria Cofen N.º 001/1975

- não houve prejuízo relevante à Administração, visto que a continuidade do certame foi assegurada;
- a conduta é isolada, sem reincidência comprovada.

Assim, em respeito aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, entende-se que a aplicação da penalidade mais branda, qual seja a Advertência Formal, é suficiente e adequada ao caso concreto.


III – CONCLUSÃO

Diante do exposto, esta Procuradoria Jurídica opina:

1. Pela regularidade formal do processo, com observância do contraditório e da ampla defesa, ainda que não exercidos pela empresa (revelia);
2. Pelo reconhecimento da infração administrativa prevista no art. 155, IV, da Lei nº 14.133/2021;
3. Pela aplicação à empresa **J R NUNES DE LIMA TECELAGEM LTDA** da penalidade de **ADVERTÊNCIA FORMAL**, nos termos do art. 156, I, da Lei nº 14.133/2021;
4. Pelo prosseguimento dos autos à **Presidência do COREN-MT**, autoridade competente para a decisão final.
5. Após decisão da Presidência, a empresa deverá ser formalmente comunicada, assegurando-lhe o direito de interposição de recurso administrativo no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, nos termos do edital e da legislação vigente.

É o parecer.

Cuiabá 03 de outubro de 2025


Hosanan M. de Arruda
OAB/MT nº 7.671
PROJUR/COREN-MT

Endereço:
Rua dos Lírios, nº 363 Bairro Jardim Cuiabá
CEP 78.043-122 Cuiabá - MT

Telefone: Redes:
(65) 3623-4075 www.coren-mt.gov.br / @corenmt

